

Exmo. Sr. Presidente
da Comissão de Urbanismo da Assembleia Municipal de
Lisboa

RECLAMAÇÃO II

(Resposta ao ofício nº 980/OFI/ DMPRUGU/GESTURBE/2014 da CML)

Lisboa, 23 de Maio de 2014

Assunto:

A) Processo de licenciamento de obras de edificação e demolição nº 671/EDI/2013 de 20 de Junho de 2013

B) Delimitação da Unidade de Execução do interior do Quarteirão dos Marianos

Junta-se em anexo o Dossier que contém a Reclamação II de alguns proprietários e habitantes da Madragoa, relativamente ao processo nº 671/ED1/2013, licenciamento de obras de edificação e demolição de 20 de Junho de 2013, que foi entregue na Câmara Municipal de Lisboa. Este processo vem na sequência da Unidade de Execução do Interior do Quarteirão dos Marianos.

A Reclamação II, vem no seguimento da resposta da Câmara (ofício nº 980/OFI/ DMPRUGU/GESTURBE/2014) relativamente à Reclamação I sobre o assunto em epígrafe entregue na Câmara em 02/12/2013.

Pelos proprietários e habitantes da zona

Segue Dossier, contendo:



A. Reclamação II

B. Proprietários e habitantes da zona (Madragoa) que apresentam a Reclamação

C. Ofício nº 980/OFI/DMPRGU/GESTURBE/2014 da CML

CC. à Junta de Freguesia da Estrela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

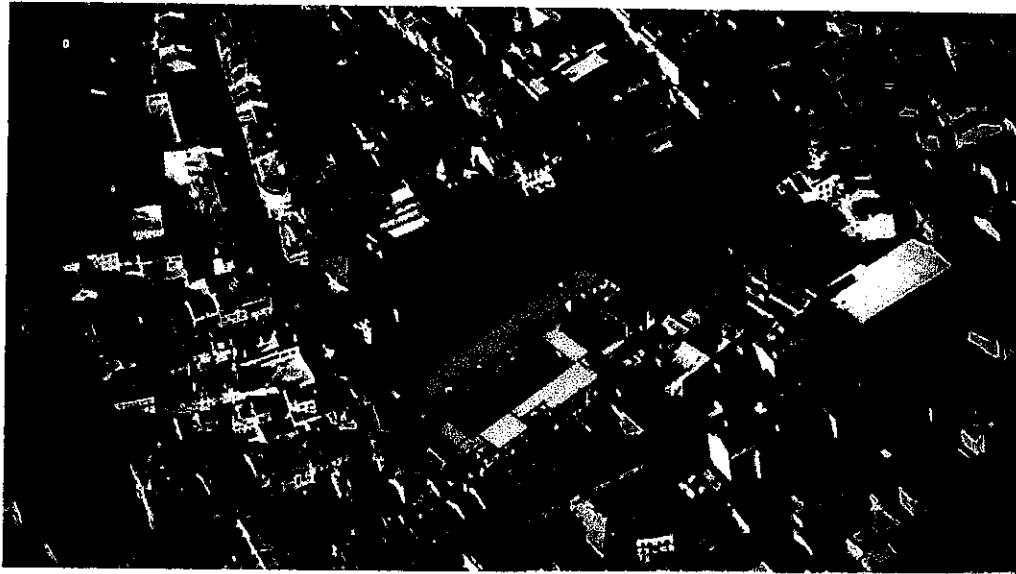
Proc. _____
ENT. 110 /SG/DAOSM/GAAM/ 14
DATA 26/ 5/ 14
Fleg

RECLAMAÇÃO II

(Resposta ao ofício nº 980/OFI/ DMPRGU/ GESTURBE/2014 da CML)

PROCESSO DE LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO E DEMOLIÇÃO
Nº671/EDI/2013 DE 20 DE JUNHO DE 2013

DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO INTERIOR DO QUARTEIRÃO DOS
MARIANOS



DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO INTERIOR DO QUARTEIRÃO DOS MARIANOS

PROCESSO DE LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO E DEMOLIÇÃO, Nº 671/EDI/2013, de 20 de Junho de 2013

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	4
A) ASPECTOS CRONOLÓGICOS DOS PROCESSOS	6
B) RESUMO DA RECLAMAÇÃO II, em resposta ao ofício da Câmara	
B.1) UNIDADE DE EXECUÇÃO DO INTERIOR DO QUARTEIRÃO DOS MARIANOS	9
B.2) PROCESSO nº 671/EDI/2012	9
B.3) EM ANEXO:	
ALTERAÇÃO DO PUNHM	10
C) ANÁLISE DA RESPOSTA DA CÂMARA (ofício nº 980/ OFI/ DMPRGU/ GESTURBE/2014 RELATIVAMENTE À RECLAMAÇÃO APRESENTADA EM 2/12/2013	
C. 1- PROJECTO URBANO	
PLANO DE PORMENOR? UNIDADE DE EXECUÇÃO?	12
C.2- UNIDADE DE EXECUÇÃO	
INTRODUÇÃO	15
2.1- QUESTÕES DE LEGALIDADE E DE COMPATIBILIDADE COM OS PLANOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	15
2.1.1- QUESTÕES DE COMPATIBILIDADE DA UEIQM COM OS PLANOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E OUTROS	
PDM 1994? PDM 2012? / PUNHM / PROCESSO Nº 671/EDI/2013	16
A) INCOMPATIBILIDADES DA UEIQM COM O PLANO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – PDM 2012	17
B) INCOMPATIBILIDADES DA UEIQM COM O PLANO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO- PUNHM	17
C) INCOMPATIBILIDADES DA UEIQM RELACIONADOS COM O RJGT artº 120º	17
D) INCOMPATIBILIDADES RELACIONADAS COM RGEU	17
E) OUTROS ASPECTOS DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA PROPOSTA	18

2.2- PROBLEMAS LEGAIS NA DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO	19
2.3- INCOMPATIBILIDADES COM ALGUNS ARTIGOS DO DL 380/99 SOLUÇÃO URBANÍSTICA	
2.3.1- DL 380/99, Art. 120º/ ASSEGURAR UM DESENVOLVIMENTO URBANO HARMONIOSO	19
2.3.2- UNIDADE DE EXECUÇÃO “ VERSUS” UNIDADE DE PROJECTO	20
2.3.3- DL 380/99, Artº 122º/ Art.º 77º	20
2.4- COMPATIBILIZAÇÃO entre RPUNHM e o RPDM	21
2.5- INCOMPATIBILIDADES COM O PUNHM/ CÉRCEAS e ÁREA BRUTA DE CONSTRUÇÃO PERMITIDA	21
2.6- INCOMPATIBILIDADES COM RGEU/ artº 59º	22
2.7- ALGUNS OBJECTIVOS PREVISTOS NOS TERMOS DE REFERÊNCIA SOLUÇÃO URBANÍSTICA PROPOSTA	
2.7.1- ESPAÇO VERDE/ EQUIPAMENTO/ PERCURSOS	22
2.7.2- ACESSO AO ESPAÇO VERDE E EQUIPAMENTO NOS TERMOS DE REFERÊNCIA/ CONSEQUÊNCIAS DA NATUREZA PRIVADA ..	23
2.7.3- RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DE ACESSIBILIDADE DE VEÍCULOS, NOMEADAMENTE DE EMERGÊNCIA E DE SEGURANÇA AO INTERIOR DO QUARTEIRÃO	23
2.8- EDIFÍCIO LOCALIZADO NA RUA DAS JANELAS VERDES / INCOMPATIBILIDADES COM PUNHM	
2.8.1- OBRAS DE ALTERAÇÃO, RECONSTRUÇÃO COM PRESERVAÇÃO DE FACHADA/ OBRAS DE ALTERAÇÃO, AMPLIAÇÃO	24
2.8.2- OBRAS DE ALTERAÇÃO, AMPLIAÇÃO/ ESTABILIDADE DOS EDIFÍCIOS CONFINANTES	25
C.3- PROCESSO Nº 671/EDI/2013, licenciamento de obras de edificação e demolição de 20 de Junho de 2013	
INTRODUÇÃO	27
3.1- PLANO DE PORMENOR	
INCOMPATIBILIDADES COM PUNHM	27
3.2- CASO SE CONSIDERE LEGAL A EXECUÇÃO DE UMA UNIDADE DE EXECUÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO DA FIGURA DE UM “PROJECTO URBANO”	
3.2.1- INCOMPATIBILIDADES COM AS NORMAS LEGAIS	28

3.2.2- INCOMPATIBILIDADES COM O PUNHM	28
3.2.3- INCOMPATIBILIDADES COM O PDM (2012)	30
3.2.4- INCOMPATIBILIDADES COM RGEU	31
3.2.5- INCOMPATIBILIDADES COM A UNIDADE DE EXECUÇÃO ..	31

D) CONCLUSÃO:

A)PLANO DE PORMENOR	33
B)UNIDADE DE EXECUÇÃO DO INTERIOR DO QUARTEIRÃO DOS MARIANOS	33
C)PROCESSO Nº 671/EDI/ 2013	34

E) ANEXO:

REGULARIZAR A SITUAÇÃO DE UM FACTO POR INTERMÉDIO DE ALTERAÇÃO DO PLANO ?	37
--	----

F) PROPRIETÁRIOS E HABITANTES DA ZONA (MADRAGOA) QUE APRESENTAM A RECLAMAÇÃO II.....	41
--	----

DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO INTERIOR DO QUARTEIRÃO DOS MARIANOS

PROCESSO Nº 671/EDI/2013, LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO E DEMOLIÇÃO, de 20 de Junho de 2013

NOTA INTRODUTÓRIA

Em 02/12/2013 foi entregue na Câmara Municipal de Lisboa uma Reclamação relativa aos processos “Delimitação da Unidade de Execução do Interior do Quarteirão dos Marianos” (UEIQM) e “Processo de licenciamento de obras de edificação e demolição nº 671/EDI/2013”, subscrita por alguns proprietários e habitantes da área em causa.

Em 23/01/2014, através do ofício nº 980/OFI/DMPRGU/GESTURBE/ 2014, foi recebido por um subscritor dessa Reclamação, a resposta por parte da Câmara relativamente à Reclamação apresentada.

A resposta da Câmara reporta-se essencialmente a pareceres emitidos pelos Serviços da Câmara, e à forma de como os dois processos foram conduzidos.

Com estes dados, faz-se uma análise desses pareceres e apresenta-se novamente uma Reclamação - Reclamação II- dando seguimento à Reclamação inicial (Reclamação I).

Para ser mais fácil a consulta, os temas abordados incidem nos mesmos pontos que a Reclamação I.

No entanto, relativamente aos processos em apreço, não querem os proprietários e habitantes da zona, deixar de informar a Câmara, que independentemente da possibilidade de puderem vir a recorrer a uma acção judicial, não querem, também, deixar de dar a oportunidade de a Câmara rever em quanto é tempo, os actos já praticados, no sentido de repor a legalidade e que possam vir a ter custos irreversíveis para o interesse público e erário público.

A) ASPECTOS CRONOLÓGICOS DO PROCESSO

B) RESUMO DA RECLAMAÇÃO II, em resposta ao ofício da Câmara

A) ASPECTOS CRONOLÓGICOS DOS PROCESSOS

“DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO INTERIOR DO QUARTEIRÃO DOS MARIANOS”

“PROCESSO Nº 671/EDI/2013, LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO E DEMOLIÇÃO, de 20 de Junho de 2013

1- PDM 1994 (DR. 1ª serie B, nº 226, 29/ 09/1994)

Art.º 7º Define Projecto Urbano como “ Documento que dispõe sobre as condições de uso e ocupação de uma área situada em tecido urbano consolidado, tendo por objecto a integração de uma ou mais novas construções no tecido edificado existente, incluindo a reorganização e projecto do Espaço Público envolvente, constituindo um todo urbanisticamente harmonioso. O Projecto Urbano deverá conjugar o Projecto de Edifícios com o Projecto de Espaços Públicos”.

2- PUNHM 1997 (DR. 2ª série de 18/10/1997)

Identifica a área em causa, como área sujeita à elaboração de “Projecto urbano”

Art.º 17º- “ A área definida em planta de zonamento como ASPU ficará sujeita à elaboração de Projecto Urbano”.

Art.º 17 nº 3- “Na falta de projecto urbano, o licenciamento de obras será limitado à beneficiação, restauro e conservação ou alterações pontuais que visem a reposição das características primitivas dos edifícios e que não impliquem a demolição de elementos estruturais, de fachadas, coberturas ou abertura de caves”.

3- DL 380/ 99 de 22 de Setembro

A figura de “Projecto Urbano” é contemplada neste DL nos Planos de Pormenor cujo “conteúdo material” se pode incluir na modalidade simplificada.

Art.º 91º- “O plano de pormenor pode ainda, por deliberação da câmara municipal, adoptar uma das seguintes modalidades simplificadas:

e) Projecto urbano, definindo a forma e o conteúdo arquitectónico a adoptar em área urbana delimitada, estabelecendo a relação com o espaço envolvente”.

4- DL 316/2007 de 16 de Setembro

O DL 316/2007 de 16 de Setembro, altera o DL 380/99. O “conteúdo material” dos Planos de Pormenor passa a ter a seguinte redacção:

Art.º 91º n.º 1- “O Plano de Pormenor deve adoptar o conteúdo material apropriado às condições da área territorial a que respeita e aos objectivos previstos nos termos de referência e na deliberação municipal que determinou a sua elaboração,...

A partir deste DL e seguintes, o conteúdo material dos Planos de Pormenor tornou-se mais flexível, deixando de fazer sentido designar a figura de projecto urbano do DL380/99.

Assim, os Planos de Pormenor dependem sempre da conjugação dos factores do art.º 91 (área territorial, objectivos e por fim deliberação), pelo que um plano de pormenor contendo um conteúdo simplificado (entre os quais o de Projecto Urbano) pode ser o conteúdo normal de um plano de pormenor. (ver Fernanda Paula Oliveira, A discricionariedade de planeamento urbanístico municipal na dogmática geral da discricionariedade administrativa” pág. 324)

5- Processo n.º 1609/EDI/2008

Segundo a informação dos Serviços, ofício n.º 980/OFI/DMPRGU/GESTURBE/2014 foi presente à Câmara para esta área de intervenção, um pedido de uma informação prévia, processo n.º 1609/EDI/2008.

Refere o mesmo ofício que este processo foi homologado desfavoravelmente por se ter concluído pela necessidade de delimitação prévia de uma Unidade de Execução, considerando as orientações do PUNHM.

Refere na mesma informação, que de acordo com o parecer jurídico de 2009 e visando dar resposta ao PUNHM (elaboração de um projecto urbano), julgou-se que teria melhor aplicabilidade ao presente caso concreto a unidade de execução (UE).

6- Início da Delimitação da Unidade de Execução/ 2011

Em 18/05/2011, foi aprovada em Reunião de Câmara, a proposta n.º 241/2011, dando início ao procedimento de “Delimitação da UE do Interior do Quarteirão dos Marianos” e proceder abertura de período de discussão pública da proposta de delimitação da referida unidade de execução.

7- Discussão Pública (08/08/2011 e 07/09/2011)

A delimitação da Unidade de Execução do Interior do Quarteirão dos Marianos, e os respectivos termos de referência foram sujeitos a discussão pública entre 08/08/2011 e 07/09/2011 (DR. 2ª Serie, n.º 143, 27 Julho de 2011).

8- Revisão do PDM 2012 (DR. 2ª serie, n.º 168, de 30 de Agosto de 2012)

Em Agosto de 2012, é publicada a revisão do PDM

9- Aprovação da Unidade de Execução /2013

Em 20 de Fevereiro de 2013, através da Deliberação nº 104/2013, foi aprovada pela Câmara, a delimitação da Unidade de Execução do Interior do Quarteirão dos Marianos, bem como os Termos de Referência e a minuta de contrato de urbanização, nos termos da proposta, tendo sido publicado a 21 de Fevereiro no Boletim Municipal 5º suplemento nº 992.

10- Processo nº 671/EDI/2013, aprovado o projecto de arquitectura em Agosto 2013, com condicionantes

De acordo com o ofício da Câmara, foi solicitado em 20 de Junho de 2014 à Câmara, o licenciamento para obra de construção nova na Rua das Janelas Verdes nº 60-68, proc. nº 671/EDI/2013.

Este processo foi aprovado em 14 de Agosto 2013, condicionado à resolução, em sede de apreciação dos projectos de especialidades, de algumas questões. (Acessibilidades, o acesso ao parque de estacionamento e as condições de acesso dos veículos de socorro em caso de incêndio, bem como o número de lugares de estacionamento público que deverão ser acautelados em fase de apreciação dos projectos da especialidades antes do deferimento).

B) RESUMO DA RECLAMAÇÃO II, em resposta ao ofício da Câmara

Em resposta ao ofício da Câmara, apresenta-se novamente uma Reclamação (Reclamação II).

Apesar de a Unidade de Execução do Interior do Quarteirão dos Marianos (UEIQM) e o processo nº 671/EDI/2012 estarem interligados e serem sequenciais, a Reclamação II vai abordar separadamente os mesmos:

a UEIQM e o Processo nº 671/EDI/2013.

Por último, em anexo, também, se refere algumas questões que têm a ver com a Alteração do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Madragoa e que se referem a esta área de intervenção.

B.1- UNIDADE DE EXECUÇÃO DO INTERIOR DO QUARTEIRÃO DOS MARIANOS

O PUNHM prevê para a área em causa a “elaboração de um projecto urbano”.

A Câmara optou por executar uma UEIQM em substituição da elaboração de um projecto urbano.

1- De acordo com a nossa opinião:

- 1.1- De acordo com o que prevê o PUNHM para a área em causa “área sujeita à elaboração de projecto urbano” e de acordo com o RJIGT, deveria ter sido elaborado para esta área um Plano de Pormenor.
- 1.2- A substituição de um Plano de Pormenor por uma Unidade de Execução não se enquadra naquele Diploma Legal. Por isso, este procedimento pode ser considerado um acto nulo.
- 1.3- Mas, no caso de se considerar legal a execução de uma Unidade de Execução, esta UEIQM, não se enquadra no DL 380/99 e seguintes, e Planos de ordenamento vigentes, isto é, PDM 2012 e PUNHM. Por isso, também, este procedimento pode ser considerado um acto nulo.

B.2- PROCESSO nº 671/EDI/2013

O processo nº 671/EDI/2013, vem na sequência da UEIQM.

De acordo com a nossa opinião:

- 1.1- Como o processo de licenciamento tem que ser analisado à luz do RJUE, e de acordo com este Diploma Legal, a validade das licenças depende da sua conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis em vigor à data da sua prática, este processo de licenciamento, que se encontra com o projecto de arquitectura aprovado, mas condicionado em certos aspectos, não cumpre os DLs, PUNHM, PDM de 2012 e Regulamentos.

1.2- Nesta sequencia, uma eventual licença pode vir a ser um acto nulo.

B.3- EM ANEXO:

ALTERAÇÃO DO PUNHM

Em anexo, referem-se algumas questões que foram abordadas no ofício da Câmara e que têm a ver com a Alteração do PUNHM, cujos Termos de Referencia que fundamentam a sua oportunidade e fixam os respectivos objectivos foram aprovados em Reunião de Câmara em 21 de Julho de 2010.

Referem os Serviços que: “... Tendo o DPRU acompanhado e desenvolvido, tanto a Alteração ao PU, como presenciado toda a evolução da presente proposta e o seu enquadramento nos Termos de Referencia, em várias reuniões com o requerente e projectistas, julga-se que qualquer incompatibilidade entre o projecto e a Alteração ao PU em curso teria sido identificada...”.

De acordo com a nossa opinião:

Salvo melhor opinião, se eventualmente a Alteração do PUNHM enquadrar estes processos (UEIQM e processo nº 671/EDI/2013) de forma positiva e dadas as circunstâncias de facto, poderemos estar perante uma Alteração de um Plano de Urbanização viciado, pondo em causa um vício de poder e a moralidade da administração pública.

**C) ANÁLISE DA RESPOSTA DA CÂMARA
(ofício nº 980/ OFI/ DMPRGU/
GESTURBE/2014 RELATIVAMENTE À
RECLAMAÇÃO APRESENTADA EM
2/12/2013**

C.1- PROJECTO URBANO

C.2- UNIDADE DE EXECUÇÃO

**C.3- PROCESSO Nº 671/EDI/2013,
licenciamento de obras de edificação e demolição de
20 de Junho de 2013**

C) ANÁLISE DA RESPOSTA DA CÂMARA (ofício nº 980/ OFI/ DMPRGU/ GESTURBE/2014 RELATIVAMENTE À RECLAMAÇÃO APRESENTADA EM 2/12/2013

C.1- PROJECTO URBANO

PLANO DE PORMENOR? UNIDADE DE EXECUÇÃO?

Resposta da Câmara

A este ponto da Reclamação inicial responde a Câmara, no âmbito do processo nº 1609/EDI/2008, com um parecer jurídico de 2009, que serviu de base à UE.

Neste parecer é elaborado um entendimento sobre o conceito de “projecto urbano”.

O parecer aborda mecanismos de programação das intervenções no território expondo processos associativos. E, menciona de entre os instrumentos previstos, as Unidades de Execução (UE) e os Planos de Pormenor (PP), julgando como melhor aplicabilidade ao presente caso concreto, a unidade de execução.

No mesmo parecer, é solicitado, também, pela Directora Municipal de Planeamento Urbano, uma informação suportada em entendimento jurídico, que não consta da resposta da Câmara.

Análise à resposta da Câmara

Assim, apresentam-se alguns factos relativos à área de intervenção que no PUNHM refere a “elaboração de Projecto Urbano”.

1.1- Nas “Definições” do PDM de 1994, é referido o que se considera por Projecto Urbano.

Art.º 7º Define Projecto Urbano como “ Documento que dispõe sobre as condições de uso e ocupação de uma área situada em tecido urbano consolidado, tendo por objecto a integração de uma ou mais novas construções no tecido edificado existente, incluindo a reorganização e projecto do Espaço Público envolvente, constituindo um todo urbanisticamente harmonioso. O Projecto Urbano deverá conjugar o Projecto de Edifícios com o Projecto de Espaços Públicos”.

1.2- De acordo com o PUNHM (1997), Artº. 17º, “ a área definida em planta de zonamento como ASPU ficará sujeita à elaboração de Projecto Urbano”.

Art.º 17 nº 3- Na falta de projecto urbano, o licenciamento de obras será limitado à beneficiação, restauro e conservação ou alterações pontuais que visem a reposição das

características primitivas dos edifícios e que não impliquem a demolição de elementos estruturais, de fachadas, coberturas ou abertura de caves.

Assim, a partir desta altura, a área em causa fica sujeita à elaboração de um projecto urbano. Na falta de elaboração de um projecto urbano, o licenciamento de obras ficarão limitadas.

1.3- De acordo com o DL 380/99, Art.º 91, nº2, a figura de “projecto urbano” é um Plano de Pormenor que por deliberação da Câmara se pode enquadrar na modalidade simplificada.

Na modalidade simplificada de Plano de Pormenor, “o projecto urbano deverá definir a forma e o conteúdo arquitectónico a adoptar em área urbana delimitada, estabelecendo a relação com o espaço envolvente”.

Assim, a partir deste DL 380/99, é necessário para a figura de projecto urbano mencionada nos Planos de ordenamento do território, ser executado um Plano de Pormenor que se assim a Câmara o entender, poderá ser apresentado na sua modalidade simplificada.

Nesta sequência, era necessário executar um Plano de Pormenor, para o “Projecto Urbano” mencionado no PUNHM.

1.4- Com o DL 316/ 2007, art.º 91, o conteúdo material dos Planos de Pormenor é alterado, ficando a seguinte redacção ” o plano de pormenor deve adoptar o conteúdo material apropriado às condições da área territorial a que respeita e aos objectivos previstos nos termos de referência e na deliberação municipal que determinou a sua elaboração.

A partir deste DL e seguintes, o conteúdo material do Plano de Pormenor depende da área territorial, dos objectivos dos termos de referência e na deliberação municipal que determinou a sua elaboração.

Assim, os Planos de Pormenor dependem sempre da conjugação destes factores, pelo que um plano de pormenor contendo um conteúdo simplificado pode ser o conteúdo normal de um plano de pormenor. (ver Fernanda Paula Oliveira, A discricionariade de planeamento urbanístico municipal na dogmática geral da discricionariade administrativa” pág. 324).

1.5- Nesta sequência de acordo com o PUNHM (1997) que prevê para a área em causa a execução da figura de um “Projecto Urbano”, deveria ter sido de acordo com o DL380/99 alterado pelo DL316/2007 e seguintes, efectuado um Plano de Pormenor.

1.6- Os PMOTs vinculam as entidades públicas e ainda directa e imediatamente os particulares.

Assim, salvo melhor opinião, a substituição para a área em causa, de um Plano de Pormenor, (cuja finalidade é a de planejar), por uma Unidade de Execução (que é um

instrumento de programação que se situa ajuante dos planos, cuja finalidade é a de executar os planos, art.º 119º do RJGT), é considerado um acto nulo de acordo com o art.º 103º do RJGT.

C.2- UNIDADE DE EXECUÇÃO

INTRODUÇÃO

Pelo ponto acima descrito (ponto 1), continua-se a considerar que não se considera legal para a área em causa, a execução de uma Unidade de Execução (UEIQM) em substituição de um Plano de Pormenor.

No entanto, caso se considere legalmente válida a execução de uma unidade de execução para a área sujeita a “projecto urbano”, vai-se abordar novamente as incompatibilidades que esta UEIQM apresenta com o RJGT, e os planos de ordenamento vigentes (PDM 2012 e PUNHM), como é obrigatório através deste Diploma Legal.

E de acordo com o art.º 103º, “Invalidade dos actos”, são nulos os actos praticados em violação de qualquer instrumento de gestão territorial aplicável.

2.1- QUESTÕES DE LEGALIDADE E DE COMPATIBILIDADE COM OS PLANOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Resposta da Câmara à Reclamação inicial (Reclamação I)

Em resposta à Reclamação inicial (Reclamação I), de que a UEIQM, não se enquadra no PDM em vigor, (PDM 2012), refere a Câmara, que:

“... de acordo com a informação técnica que acompanhou a apreciação do processo nº 671/EDI/2013 (Anexo III) as matérias abordadas têm enquadramento legal no RPUNHM, no Plano Municipal de Ordenamento do Território, que vigora para a área de intervenção em causa, e que remete para o PDM de 1994 a ponderação de algumas questões, tendo apenas o apuramento das áreas a ceder para o domínio público (matéria omissa no PU), sido quantificadas nos termos do PDM em vigor.”

Análise da resposta da Câmara

A resposta da Câmara incide sobre o processo nº 671/EDI/2013.

Uma vez que a UEIQM e o processo nº 671/EDI/2013 são matérias com procedimentos diferentes, vai-se abordar primeiro a UEIQM (ponto 2...) e posteriormente, num outro ponto (ponto 3) desta Reclamação II, o Processo nº 671/EDI/2013.

2.1.1- QUESTÕES DE LEGALIDADE E DE COMPATIBILIDADE DA UEIQM COM OS PLANOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E OUTROS

PDM 1994? PDM 2012? / PUNHM / PROCESSO nº 671/EDI/2013

Aspectos cronológicos do processo da UEIQM

a) Em 18/05/2011, foi aprovada em Reunião de Câmara, a proposta nº 241/2011, dando início ao procedimento de “Delimitação da UE do Interior do Quarteirão dos Marianos” e proceder a abertura de período de discussão pública da proposta de delimitação da referida unidade de execução.

b) Entre 08/08/2011 e 07/09/2011, a delimitação da Unidade de Execução do Interior do Quarteirão dos Marianos, e os respectivos Termos de Referência foram sujeitos a discussão pública (DR. 2ª Serie, nº 143, 27 Julho de 2011)

c) Em Agosto de 2012, é publicada a revisão do PDM (PDM 2012)

d) Em 20 de Fevereiro de 2013, através da Deliberação nº 104/2013, foi aprovada pela Câmara, a delimitação da Unidade de Execução do Interior do Quarteirão dos Marianos, bem como os Termos de Referência e a minuta de contrato de urbanização, nos termos da proposta.

(Nota 1: Posteriormente, em Agosto de 2013, foi aprovado o projecto de arquitectura do Processo nº 671/EDI/2013 com condicionantes).

Aspectos legais da UEIQM

a) A delimitação de uma Unidade de Execução, embora corresponda a um primeiro passo de um processo mais complexo, é um acto administrativo, cujo procedimento segue, supletivamente, o modelo previsto no Código do Procedimento Administrativo.

Não esquecer que uma Unidade de Execução é da responsabilidade da Administração e tem como função a de orientar o Município na gestão urbanística.

b) Os Planos de ordenamento do território através do art.º 69º do RJIGT, são instrumentos de natureza regulamentar aprovados pelos Municípios.

Através do art.º 3º vinculam as entidades públicas e ainda directa e imediatamente os particulares.

c) Apesar de a Câmara ter dado início ao procedimento de delimitação da UEIQM em 2011, e os Termos de Referência terem sido submetidos a inquérito público em 2011, em 2012 é publicado a revisão do PDM (2012), e em 2013 é finalizado o

procedimento da UEIQM, com a aprovação em reunião de Câmara da delimitação da UEIQM, termos de referência e minuta de contrato.

Por isso, esta UEIQM deveria sujeitar-se aos Planos Municipais de ordenamento vigentes, isto é, ao PDM de 2012 e ao PUNHM (como instrumentos regulamentares) (art.º 118 do RJGT).

(Nota 2: Não esquecer, também, que o processo nº 671/EDI/2013, deve estar sujeito ao RJUE, e segundo este Regime (art.º 67º), “a validade das licenças depende da sua conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis em vigor à data da sua prática”.

Por isso, a validade da licença do processo nº 671/EDI/2013, deve estar de acordo com as normas legais, os PMOTs vigentes (PDM 2012 e PUNHM) e Regulamentos.

E de acordo com o art.º 68º do RJUE são nulas as licenças que violem o disposto nos PMOTs.)

A) INCOMPATIBILIDADE DA UEIQM COM O PLANO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – PDM 2012

Neste seguimento apresentam-se as incompatibilidades que esta UEIQM apresenta com o PDM de 2012 (pontos 2.4). Estas incompatibilidades têm repercussões no processo nº 671/EDI/2013.

B) INCOMPATIBILIDADE DA UEIQM COM O PLANO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO- PUNHM

Neste seguimento apresentam-se as incompatibilidades que esta UEIQM apresenta com o PUNHM (pontos 2.2, 2.5 e 2.8). Estas incompatibilidades têm repercussões no processo nº 671/EDI/2013.

C) INCOMPATIBILIDADE DA UEIQM RELACIONADOS COM O RJGT art.º 120º e outros

Neste seguimento apresentam-se as incompatibilidades que esta UEIQM apresenta com o RJGT (pontos 2.3). Estas incompatibilidades têm repercussões no processo nº 671/EDI/2013.

D) INCOMPATIBILIDADES RELACIONADAS COM RGEU

Neste seguimento apresentam-se as incompatibilidades que o processo nº 671/EDI/2013 apresenta com o RGEU (ponto 2.6)

E) OUTROS ASPECTOS DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA PROPOSTA

Neste seguimento apresentam-se algumas questões da solução urbanística proposta que têm repercussões no interesse público da solução, e repercussões nos objectivos específicos da própria UEIQM (ponto 2.7).

Estas questões têm repercussões no processo nº 671/EDI/2013.

2.2- PROBLEMAS LEGAIS NA DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO

Área sujeita a projecto urbano/ Incorreções na delimitação da Unidade de Execução

Resposta da Câmara à Reclamação inicial/ alínea b)

Responde a Câmara que os limites são diferentes entre o projecto urbano e UEIQM porque são excluídos os edifícios da Rua S. Domingos à Lapa, por se encontrarem perfeitamente consolidados e urbanisticamente integrados no Quarteirão.

Análise à resposta da Câmara

Para que se delimite uma unidade de execução (UE), é necessário que exista a devida integração da unidade de execução nos instrumentos de gestão territorial. Como a Câmara substitui a figura de projecto urbano por uma unidade de execução, estes limites deveriam ser coincidentes.

Independentemente de a Câmara excluir os edifícios da Rua de S. Domingos à Lapa, por se encontrarem perfeitamente consolidados e urbanisticamente integrados no Quarteirão, a referida delimitação como “área sujeita a Projecto urbano”, encontra-se expressamente prevista e mesmo desenhada no PUNHM.

Por isso, os limites da UEIQM, não correspondem aos limites previstos no PUNHM como “área sujeita a Projecto urbano”, com todas as suas consequências legais.

A UEIQM e os Termos de Referência não cumprem o estipulado no art.º 17º do PUNHM.

Este assunto foi abordado na Reclamação inicial, mantendo-se as mesmas incompatibilidades.

2.3- INCOMPATIBILIDADES COM ALGUNS ARTIGOS DO DL 380/99 SOLUÇÃO URBANÍSTICA

2.3.1- DL 380/99, Art. 120º/ Assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso

A Câmara não responde a este ponto da Reclamação inicial.

Por isso, pode-se considerar que a solução urbanística apresentada nos Termos de Referência não contemplam um traçado regulador, nem contempla as desejáveis ligações formais e funcionais com a envolvente e preexistências, e por isso, não asseguram um desenvolvimento urbano harmonioso do Quarteirão.

Neste contexto, esta UEIQM e os Termos de Referência não se enquadram no DL 380/99 e seguintes, art.º 120º.

Este assunto foi abordado na Reclamação inicial, mantendo-se as mesmas incompatibilidades.

2.3.2- Unidade de execução “versus” Unidade de projecto

A Câmara não responde a este ponto da Reclamação inicial.

Por isso, pode-se considerar que a solução urbanística preconizada não se enquadra no RJGT, quer no conceito de Unidade de Execução e suas exigências e no conceito que está subjacente no PUNHM art.º 17º.

A UEIQM e os Termos de Referencia não cumprem o art.º 120º e 122º do RJGT e 17º do PUNHM.

Este assunto foi abordado na Reclamação inicial, mantendo-se as mesmas incompatibilidades.

2.3.3- DL 380/99, Art.º 122º/ Art.º 77º

A Câmara não responde a este ponto da Reclamação inicial.

Por outras palavras aborda-se a mesma questão.

Existe um terreno a Norte da UEIQM, já exterior da UE, mas que faz o acesso de entrada à UEIQM e que no desenho 05 dos Termos de Referência se transforma num acesso público. Este espaço que é de propriedade privada com serventias privadas, que foram ao longo dos anos compradas, cujos proprietários dessas serventias não estão de acordo com a UEIQM e suas propostas.

a) Dado que os interessados (proprietário e proprietários dessas serventias) não foram ouvidos no processo da UE, este pode não cumprir o DL 380/99, art.º 77º. Não foi cumprida a forma inicial do processo de participação pública.

b) Como se transforma um acesso que é privado num acesso público?

Este assunto foi abordado na Reclamação inicial, mantendo-se as mesmas incompatibilidades.

2.4- COMPATIBILIZAÇÃO entre RPUNHM e o RPDM

Resposta da Câmara à Reclamação inicial/ alínea c)

A resposta da Câmara relativamente a esta matéria remete para a informação técnica que acompanhou o processo nº 671/EDI/2013.

Refere também, que tem enquadramento legal no PUNHM e no PDM de 1994 a ponderação de algumas questões, tendo apenas o apuramento das áreas a ceder para o domínio público, (matéria omissa no PU) sido quantificadas nos termos do PDM em vigor (2012).

Análise à Resposta da Câmara

De acordo com esta Reclamação II, no ponto 2.1.1, “QUESTÕES DE LEGALIDADE E DE COMPATIBILIDADE DA UEIQM COM OS PLANOS DE

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E OUTROS”, a Unidade de Execução e o próprio processo nº 671/EDI/2013, deveriam enquadrar-se no PDM de 2012 e no PUNHM.

Sendo assim:

A UEIQM e os Termos de Referencia não cumprem “ Aumento da eficiência ambiental da Cidade” do PDM, art.º 20º nº 1 alínea g) e nº2

A UEIQM e os Termos de Referencia não cumprem “ Vulnerabilidade a inundações e susceptibilidade ao efeito de maré directo” do PDM, art.º 22º nº 5

A UEIQM e os Termos de Referencia e a solução urbanística do processo de licenciamento não cumpre a Carta de Uso do Solo do PDM, qualificação do espaço urbano “ logradouro verde permeável a preservar”, art.º 44º e art.º 50º.

A UEIQM, os Termos de Referencia e solução urbanística do processo de licenciamento não cumpre o PDM, a Carta Municipal do Património, art.º 26º, 27º e 29º, e PUNHM, art.º 7º, nº 1, e 29º.

Este assunto foi abordado na Reclamação inicial, mantendo-se as mesmas incompatibilidades.

2.5- INCOMPATIBILIDADES COM O PUNHM/ CÉRCEAS e ÁREA BRUTA DE CONSTRUÇÃO PERMITIDA

A Reclamação inicial apresentada pelos proprietários e habitantes da zona, referem que relativamente a esta matéria (cérceas e área bruta de construção), o art.º 10º alínea b) III não se aplica como preconizado nos Termos de Referência.

Uma vez que a UE confronta com edifícios deveria ser aplicado o art.º 10, b). I e II.

Resposta da Câmara relativa à Reclamação inicial/ alínea d)

A Câmara refere que:

“...para a delimitação da UE foram ponderados e programados pelo DPRU, tal como supra exigido”, (art.º 10º b, I) “a ocupação, usos e cérceas das parcelas da UEIQM, bem como efectuado um apuramento da altura máxima das fachadas das novas construções, que integrou a consulta pública (Alçados do Quarteirão, desenho 8”.

Refere, também, que se encontram salvaguardados os alinhamentos dos edifícios propostos com os pré-existentes a manter (armazéns que dão continuidade à Rua do Olival), pelo que estas matérias foram devidamente ponderadas pelo município.

Análise à Resposta da Câmara

A proposta nos Termos de Referência relativamente à área bruta permitida e que foi presente a Inquérito Público e a Reunião de Câmara baseia-se e enquadra-se numa componente de um art.º do PUNHM que não se aplica (Art.º 10º alínea b) III).

Tanto a UEIQM, como as novas construções apresentam edifícios confinantes, pelo que, a área bruta permitida, que tem como base o art.º 10º, alínea b) III não se enquadra no PUNHM.

Por outro lado, a UEIQM, apresenta-se como um conjunto de intervenções pontuais que não se conformam com o estipulado no RJGT e PUNHM.

A UEIQM e os Termos de Referência, não cumprem o estipulado no PUNHM, violando o próprio Plano, ao basearem-se num artigo que não se aplica.

Este assunto foi abordado na Reclamação inicial.

2.6- INCOMPATIBILIDADES COM RGEU/ Art.º 59º

Resposta da Câmara à Reclamação inicial/ alínea e)

A resposta da Câmara à Reclamação inicial remete para o decorrer do processo nº 671/EDI/2013 esta questão. Neste processo foi questionado o art.º 59º e 62º do RGEU que não parece assegurado. Aborda o art.º 63º e apresentam várias considerações.

Análise à Resposta da Câmara

Na realidade, o edifício novo que se pretende construir no interior do Quarteirão está em incumprimento com o RGEU em relação aos edifícios com frente para a Rua das Janelas Verdes, nos seus alçados posteriores.

Como processo de licenciamento de construção nova, este edifício novo deveria cumprir o RGEU em relação aos alçados posteriores dos edifícios com frente para a Rua das Janelas Verdes.

A solução urbanística do processo nº 671/EDI/2013 não cumpre o RGEU.

2.7- ALGUNS OBJECTIVOS PREVISTOS NOS TERMOS DE REFERÊNCIA SOLUÇÃO URBANÍSTICA PROPOSTA

2.7.1- ESPAÇO VERDE / EQUIPAMENTO/ PERCURSOS

A Câmara não deu resposta a este item.

Conclui-se que a solução urbanística proposta preconizada nos Termos de Referência apresenta a realidade que foi presente na Reclamação inicial, não satisfazendo o interesse público.

2.7.2- ACESSO AO ESPAÇO VERDE PÚBLICO E EQUIPAMENTO NOS TERMOS DE REFERÊNCIA / CONSEQUÊNCIAS DA NATUREZA PRIVADA

Percurso a Norte (ao nível do R/C) na Rua Garcia da Horta

Resposta da Câmara à Reclamação inicial / alínea f)

A Câmara responde a este item, referindo que existe uma “servidão a favor do prédio nº 560, que consiste na passagem a pé ou de carro...” e que os proprietários da Rua Garcia da Horta com o nº 61 a 59, não poderão proceder ao encerramento deste acesso.

Análise da Resposta da Câmara à Reclamação

Apesar de existir uma servidão neste acesso (supramencionado) que já se encontra fora do limite da UE, a Câmara não fica proprietária do mesmo. Também, não fica proprietária do acesso cartografado nas peças gráficas (Pced 6). Terá apenas o direito de uma serventia.

Se a Câmara ou Junta de Freguesia pretenderem efectuar obras de melhoramento, como foi referido na Reclamação inicial, estas estão sempre dependentes do proprietário.

Pelo que se conclui, que a opção da solução urbanística preconizada nos Termos de Referência apresenta alguns problemas que na nossa opinião, não terá sido a mais acertada para o interesse público.

2.7.2.2- Percurso a Sul (escadinhas) na Rua das Janelas Verdes até ao espaço público proposto

A Câmara não responde a este item.

Pelo que se também, se conclui que a opção da solução urbanística preconizada nos Termos de Referência podem apresentar alguns problemas legais e não legais, e que na nossa opinião, não terá sido a mais acertada para o interesse público.

2.7.3- RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DE ACESSIBILIDADE DE VEÍCULOS, NOMEADAMENTE DE EMERGÊNCIA E DE SEGURANÇA, AO INTERIOR DO QUARTEIRÃO

Resposta da Câmara à Reclamação inicial/ alínea g)

Refere a Câmara que “As características da rede viária da envolvente, com acessos exíguos e estacionamento abusivo constituem um obstáculo ao acesso de veículos de emergência e segurança, ao interior do Quarteirão”.

A Câmara já identificou a necessidade de estudar medidas para acautelar o acesso ao local, de forma a desimpedir as vias envolventes e evitar o estacionamento desordenado.

O projecto está a ser analisado pela ANPC, encontrando-se o deferimento do pedido de obra nova condicionado ao seu parecer.

Análise da resposta da Câmara

A Câmara pode estudar medidas para acautelar o acesso ao local. São matérias de gestão. Mas os acessos exíguos da rede viária da envolvente e do próprio Quarteirão, são uma realidade.

A acessibilidade de veículos, nomeadamente de emergência e segurança são uma das matérias que estão na base das opções de planeamento. Não estando solucionadas e resolvidas, como é o caso das acessibilidades destes veículos a esta UEIQM, (como se poderá comprovar através do parecer dos Serviços da Câmara, que refere que a área tem acessos exíguos) afectam e tem repercussões no interesse público.

Como um dos objectivos específicos da UEIQM, é a resolução das acessibilidade de veículos, nomeadamente de emergência e de segurança ao interior do Quarteirão e como os acessos da rede viária da envolvente que dão acesso a esta UEIQM são exíguos, esta UEIQM e a solução urbanística do processo nº 671/EDI/2013 não cumprem o estipulado nos objectivos específicos da própria UEIQM.

2.8- EDIFÍCIO LOCALIZADO NA RUA DAS JANELAS VERDES / INCOMPATIBILIDADES COM PUNHM

2.8.1- Obras de alteração, reconstrução com preservação de fachadas/ Obras de alteração, ampliação

Resposta da Câmara à Reclamação inicial / alínea h)

A resposta da Câmara relativamente a esta questão da UEIQM, remete para o âmbito da apreciação do processo nº 671/EDI/2013.

Referem os próprios Serviços da Câmara que de facto não são obras de alteração/ ampliação como preconizado na UEIQM e a proposta consiste apenas na manutenção da fachada principal e demolição integral do miolo e fachada posterior, o que se traduz numa obra nova.

Invocam o art.º 7ºc) do PUNHM, o parecer do NREC, e a aceitação desta demolição apresentando várias considerações.

Análise da resposta da Câmara

O art.º 7 do PUNHM, refere que “a demolição total e parcial para substituição dos edifícios existentes, independente do seu uso, só será autorizada depois de licenciada a nova construção para o local e nos seguintes casos”:

Art.º 7º c) “Quando o edifício for considerado de manutenção inconveniente por motivo de ruína parcial e quando o projecto apresentado contribua para a valorização do conjunto em que se integra, resultando uma vantagem evidente da substituição total ou parcial do edifício existente, após parecer da comissão municipal competente, precedido de vistoria municipal”

Existe um parecer dos Serviços expondo que:

O parecer do NREC no âmbito do processo 387/EDI/2012, refere que o edifício não se encontra em ruína, e “relativamente ao programa de alterações proposto para o edifício da Rua das Janelas Verdes, 60/68, também, se confirma a respectiva viabilidade chamando porém a atenção para o impacto, eventualmente negativo, da dimensão do vão projectado, certo que a mesma decorre de um princípio pré estabelecido....”

Na realidade, de acordo com o art.º 7 c) do PUNHM, o edifício só poderá ser demolido quando as duas situações preconizadas neste artigo 7º c) estiverem simultaneamente em presença. O que não é o caso.

Ora, nem o edifício foi considerado de manutenção inconveniente por motivo de ruína parcial, e consequentemente e simultaneamente, nem o projecto apresentado contribui para a valorização de conjunto em que se integra, resultando uma vantagem evidente da sua substituição total ou parcial do edifício existente, após parecer da comissão municipal competente.

Por isso, a solução urbanística do processo nº 671/EDI/ 2013, não se enquadra e não cumpre o art.º 7º do PUNHM.

2.8.2- OBRAS DE ALTERAÇÃO, AMPLIAÇÃO/ ESTABILIDADE DOS EDIFÍCIOS CONFINANTES

Resposta da Câmara à Reclamação inicial/ alínea i)

A resposta da Câmara é focada na obra nova a executar no interior do Quarteirão.

Análise da resposta da Câmara à Reclamação inicial

A Reclamação inicial foca-se nas consequências que as obras que vão ser efectuadas no edifício situado na Rua das Janelas Verdes nº 60/68, terão nos edifícios confinantes (Edifícios da Rua das Janelas Verdes).

A resposta da Câmara é focada na obra nova (edifício a construir na parcela AB) a executar no interior do Quarteirão.

Na realidade, o que foi aprovado em termos arquitectónicos no edifício localizado na Rua das Janelas Verdes, nº 60/68, é a demolição deste edifício com a preservação da fachada. Possivelmente, está previsto a execução de uma nova estrutura de betão. Esta solução irá ter impactos nos edifícios confinantes que são com estrutura de gaiola ou "gaioleiro".

De acordo com o art.º 7º do PUNHM, as obras de demolição não se poderão executar, uma vez que o edifício em causa (edifício da Rua das Janelas Verdes 60 a 68) não se encontra abrangido por este artigo.

O art.º 9, do PUNHM, define que tipo de obras são passíveis de serem efectuadas quando se pretende executar obras de alteração. O art.º 24º nº 2 do PDM, também, aborda a reabilitação dos edifícios.

Por isso, as obras que se pretendem efectuar, não se enquadram no PUNHM, art.º 7º. Também, não se enquadram no PUNHM, art.º 9º.

Mantêm-se a Reclamação Inicial.

C. 3- PROCESSO Nº 671/EDI/2013, licenciamento de obras de edificação e demolição de 20 de Junho de 2013

INTRODUÇÃO

Foi efectuado para a área em causa, uma Unidade de Execução (UEIQM) tendo a mesma sido aprovada em Reunião de Câmara. No nosso entender esta aprovação é uma invalidade de um acto, uma vez que não cumpre os Planos de Ordenamento vigentes (PDM 2012 e PUNHM) e RJGT.

Mas, o projecto de licenciamento está sempre dependente de outros procedimentos administrativos. Por isso, este processo nº 671/EDI/2013 de obras de edificação e demolição deve ser avaliado à luz do RJUE.

De acordo com o art.º 67º do RJUE, a validade das licenças depende da sua conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis em vigor à data da sua prática. Por isso, o processo nº 671/EDI/2013 tem que se enquadrar nos Regimes jurídicos, planos e regulamentos vigentes, isto é, Regimes jurídicos, PDM 2012 e PUNHM e Regulamentos.

Por outro lado, há que ter em conta, que de acordo com RJUE, art.º 68º, são nulas as licenças que violem o disposto em PMOT em vigor. (PDM 2012 e PUNHM). Há que ter em conta, também, o art.º 34º do mesmo Regime.

Assim, o processo nº 671/EDI/2013 apresenta as seguintes incompatibilidades com os Regimes jurídicos e Planos de ordenamento vigentes (PUNHM e PDM 2012) e Regulamentos, podendo dar origem à sua nulidade e invalidade.

(Este incumprimento do processo nº 671/EDI/2013 é derivado quer por via directa destas normas e regulamentos, quer por via indirecta que faz depender a gestão urbanística da existência prévia de algumas normas e regulamentos ou de uma prévia UE ou de solução urbanística que contemplasse aquelas normas e regulamentos).

3.1- PLANO DE PORMENOR

INCOMPATIBILIDADES COM PUNHM

3.1.1- Uma vez que o Plano aborda para o local “área sujeita a projecto urbano”, este processo deveria ter sido precedido de um Plano de Pormenor.

Um eventual licenciamento que venha a ocorrer sem que o instrumento de planeamento mais concreto tenha entrado em vigor, decorre da violação do próprio plano de urbanização que fez depender a gestão urbanística da existência prévia daquele plano.

Não se enquadra no art.º 17 do PUNHM e DL 380/99

3.2- CASO SE CONSIDERE LEGAL A EXECUÇÃO DE UMA UNIDADE DE EXECUÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO DA FIGURA DE UM “PROJECTO URBANO”

A solução urbanística proposta neste processo nº 671/EDI/2013 segue em termos gerais, a solução urbanística proposta da UEIQM.

3.2.1- INCOMPATIBILIDADES COM AS NORMAS LEGAIS

3.2.1.1- A UEIQM apresenta um estudo urbanístico que não assegura um desenvolvimento urbano harmonioso.

Um eventual licenciamento que venha a ocorrer sem que se tenha efectuado uma solução urbanística que assegure um desenvolvimento urbano harmonioso, decorre da violação das próprias normas legais e regulamentos (RJIGT e RJUE) que faz depender a gestão urbanística da existência prévia de uma solução urbanística que assegure um desenvolvimento urbano harmonioso.

Não se enquadra no art.º 120º do RJIGT

A solução urbanística do processo nº 671/EDI/2013 não tem em conta, também, a sua adequada inserção no ambiente urbano. Art.º 24º do RJUE.

3.2.1.2- A UEIQM apresenta um estudo que não assegura uma unidade de projecto na “área sujeita à elaboração de projecto urbano”, como está subjacente no DL 380/99 e seguintes, art.º 120º e 122º e , e no PUNHM art.º 17º.

Um eventual licenciamento que venha a ocorrer sem que se tenha efectuado este estudo de conjunto como unidade de projecto viola o próprio Plano e DL, que faz depender a gestão urbanística da existência prévia deste estudo de conjunto.

Não se enquadra no DL 380/99 e seguintes, art.º 120º e 122º e PUNHM, art.º 17º

3.2.2- INCOMPATIBILIDADES COM O PUNHM

3.2.2.1- O Plano define “...para a área definida em planta de zonamento como ASPU ficará sujeita à elaboração de projecto urbano”.

O limite da UEIQM e do estudo urbanístico efectuado, não coincide com a área cartografada nas plantas expressamente prevista e mesmo desenhada na carta de zonamento do PUNHM.

Um eventual licenciamento que venha a ocorrer sem que se tenha efectuado a elaboração de um “projecto urbano” para a área definida em planta de zonamento como ASPU, decorre da violação do próprio plano de urbanização que faz depender a gestão urbanística de um projecto urbano que contemple a “área definida em planta de zonamento como ASPU a área sujeita à elaboração de projecto urbano”.

Não se enquadra no art.º 17º do PUNHM.

3.2.2.2-- Para as cércas e área bruta permitida da solução urbanística apresentada no processo de licenciamento foi aplicado tanto na UEIQM como no processo de licenciamento, uma alínea de um art.º do PUNHM, que não se aplica (art.º 10º, alínea b), III). Quer a UEIQM tem edifícios confinantes, quer o edifício do processo nº 671/EDI/2013 apresenta edifícios confinantes.

Um eventual licenciamento que venha a ocorrer baseado num art.º que não se aplica, uma vez que tanto a UEIQM, como o edifício do processo de licenciamento apresenta edifícios confinantes, decorre da violação do próprio plano de urbanização, que estipula que só se aplica o art.º 10º alínea b) III, quando não existem edifícios confinantes.

Não cumpre o PUNHM.

3.2.2.3- A solução urbanística do processo nº 671/EDI/2013 prevê para o edifício localizado na Rua das Janelas Verdes, nº 60 a 68, a demolição do edifício com a preservação da fachada principal. O art.º 7 do PUNHM, refere quais são os casos em que esta demolição é autorizada, não estando o edifício em qualquer das condições previstas.

Um eventual licenciamento que venha a ocorrer com base num art.º que não se aplica, decorre da violação do próprio plano de urbanização, que estipula que só são autorizadas demolições de edifícios nas condições que são expostas no próprio Plano.

Não cumpre art.º 7º do PUNHM.

3.2.2.4- A solução urbanística do processo nº 671/EDI/2013 prevê para a fachada posterior do edifício localizado na Rua das Janelas Verdes, nº 60 a 68, uma construção ao nível do R/C que se prolonga até ao edifício novo a construir na parcela AB. Esta construção que se situa ao nível do R/C na fachada posterior do edifício da Rua das Janelas Verdes, não cumpre o art.º 8º.

Um eventual licenciamento que venha a ocorrer sem cumprir o art.º 8, decorre da violação do Plano de Urbanização, que estipula as condições das novas construções e que neste caso, não é cumprido.

Não cumpre art.º 8 do PUNHM.

3.2.2.5- A solução urbanística do processo nº 671/EDI/2013 prevê para a fachada principal do edifício localizado na Rua das Janelas Verdes a abertura de um vão com 9.30m de largura para acesso do estacionamento, pondo em causa a integração arquitectónica do edifício e área envolvente (composição arquitectónica dos vãos).

Um eventual licenciamento que venha a ocorrer, não cumpre o art.º 9º nº1, alínea b do PUNHM, e RPDML art.º 42º , nº 1 e nº 3, alínea f).

3.2.3- INCOMPATIBILIDADES COM O PDM (2012)

De acordo com o PUNHM art.º 34º, remete para o PDM todos os casos que suscitam dúvidas e não estejam contidos no articulado do regulamento serão resolvidos de acordo com a legislação em vigor, designadamente do Regulamento do PDM de Lisboa.

3.2.3.1- De acordo com o art.º 20º, nº 1 alínea g e nº 2 do PDM, os Termos de Referência das UE devem estabelecer metas de desempenho ambiental a observar na sua execução.

Um eventual licenciamento que venha a ocorrer sem que tenha existido estas metas e prática de planeamento na UEIQM, decorre da violação do próprio PDM e PUNHM, que faz depender a gestão urbanística da existência prévia daquelas metas na UEIQM.

Não se enquadra com o art. 20º, nº 1 alínea g e nº 2 do PDM e art.º 34 do PUNHM

3.2.3.2- Na Carta de Uso do Solo do PDM está cartografado nesta área um espaço verde “logradouro permeável a preservar”. No RPDM, estes espaços são mencionados no art.º 44 e 50º.

Um eventual licenciamento que venha a ocorrer sem que estes espaços verdes “logradouro permeável a preservar” seja contemplado, decorre da violação do próprio PDM e PUNHM, que faz depender a gestão urbanística de uma solução urbanística que apresente este espaço verde.

Não se enquadra com o art.º 44º e 50º do PDM e art.º 34 do PUNHM

3.2.3.3- Na Carta Municipal do Património do PDM alguns edifícios da Fábrica de Cerâmica Constância estão classificados como conjunto arquitectónico com valor patrimonial (nº 37.57). O PDM art.º 26º, nº1,2,3, art.º 27 e 29º aborda esta questão.

Como o conjunto classificado é demolido, a solução urbanística não cumpre o art.º 7º do PUNHM. Também, tendo em conta o que se pode autorizar, não cumpre o art.º 29º.

Um eventual licenciamento que venha a ocorrer sem que estes edifícios classificados sejam contemplados, decorre da violação do próprio PDM e PUNHM, que faz depender a gestão urbanística de uma solução urbanística que contemple e que proteja a existência destes edifícios classificados como conjunto arquitectónico com valor patrimonial.

Também, um eventual licenciamento decorre da violação do próprio PUNHM.

A solução urbanística não se enquadra no art.º 26, 27º e 29º do PDM, e não cumpre o art.º 7º e 29º do PUNHM.

3.2.4- INCOMPATIBILIDADES COM RGEU

A solução urbanística do processo nº 671/EDI/2013 não cumpre o RGEU, art.º 59º e 62º relativamente à frente edificada da Rua das Janelas Verdes, nos alçados posteriores dos edifícios em causa.

Um eventual licenciamento que venha a ocorrer sem que o RGEU seja cumprido, decorre da violação do próprio Regulamento que fazem depender a gestão urbanística de uma solução urbanística que contemple o articulado mencionado no RGEU.

Não cumpre o RGEU.

3.2.5- INCOMPATIBILIDADES COM A UNIDADE DE EXECUÇÃO

3.2.5.1- Referem os objectivos específicos da UEIQM que a UEIQM, e concretamente a solução urbanística deve contribuir para reduzir o défice de estacionamento público existente na zona envolvente. O projecto ora apresentado, apenas contem estacionamento privado.

Apesar segundo o parecer dos Serviços, relativamente a este processo de licenciamento, referir que: "... a criação de lugares de estacionamento destinados a satisfazer as necessidades de estacionamento privativo dos vizinhos, ao permitir a libertação dos lugares de estacionamento da via pública, estaria directamente a contribuir para a redução do défice de estacionamento público...", na realidade é que este estacionamento, que o processo de licenciamento apresenta é privado. Por isso, não está a cumprir o ponto h) dos objectivos específicos da UEIQM.

Um eventual licenciamento que venha a ocorrer sem que este objectivo (redução do défice de estacionamento público) seja cumprido, está em incumprimento com o objectivo específico da UEIQM.

Não cumpre o objectivo específico da UEIQM.

3.2.5.2- Referem os objectivos específicos da UEIQM que um dos objectivos é a resolução dos problemas de acessibilidade de veículos, nomeadamente de emergência e de segurança, ao interior do Quarteirão em causa.

Uma vez que os acessos da rede viária envolvente a esta UEIQM são exíguos, este objectivo específico não é cumprido.

Um eventual licenciamento que venha a ocorrer, sem que este item (resolução dos problemas de acessibilidade de veículos, nomeadamente de emergência e de segurança ao Interior do Quarteirão) seja resolvido, está em incumprimento com o objectivo específico da UEIQM.

Não cumpre o objectivo específico da UEIQM

D) CONCLUSÃO

D) CONCLUSÃO:

O PUNHM prevê para a área em causa, a elaboração de um “projecto urbano”.

A Câmara substitui a figura de um “projecto urbano”, por uma Unidade de Execução.

A) PLANO DE PORMENOR

De acordo com a versão inicial do RJGT, a figura de “projecto urbano” estava integrado na categoria de um Plano de Pormenor simplificado.

A partir das alterações do DL 316/2007, deixou de ter sentido a menção expressa desta categoria neste Diploma Legal, pois o Plano de Pormenor com conteúdo simplificado (na qual se inclui a figura de projecto urbano) pode ser o conteúdo normal de um Plano de Pormenor.

A proposta de não se ter efectuado um Plano de Pormenor para a área em causa, precedendo o processo nº 675/EDI /2013, apresenta questões legais.

Esta opção de acordo com o exposto nesta Reclamação, não cumpre o PUNHM, podendo vir a ser um acto nulo.

B) UNIDADE DE EXECUÇÃO DO INTERIOR DO QUARTEIRÃO DOS MARIANOS

Para além, da substituição de um Plano de Pormenor por uma Unidade de Execução apresentar questões legais, a “UE do Interior do Quarteirão dos Marianos, e os Termos de Referencia, não cumprem as disposições legais em vigor (RJGT, PDML, PUNHM) dando origem à sua nulidade.

a) Incompatibilidades que a UEIQM apresenta com o RJGT.

Tais como, assegurar um desenvolvimento harmonioso, Unidade de Execução versus unidade de projecto, e eventualmente art.º 77º).

b) Incompatibilidades que a UE apresenta com alguns artigos do PDML.

Tais como, a Carta de uso do solo, e Carta Municipal do Património do PDML. A UEIQM, também, não cumpriu os artigos relativos ao Aumento da eficiência ambiental da Cidade e a Vulnerabilidade a inundações e susceptibilidade ao efeito de maré.

c) Incompatibilidades que a UEIQM apresenta com o PUNHM.

Tais como, delimitação da Unidade de Execução, Cércos e área bruta de construção permitida.

Também, o edifício da Rua das Janelas Verdes nº 60-68, apresenta apenas a manutenção da fachada principal e demolição integral do miolo e fachada posterior, traduzindo-se numa obra nova, o que não se enquadra no PUNHM.

d) Alguns questões que não são de ordem legal, mas que se reflectem na solução urbanística ou de alguns objectivos específicos previstos nos Termos de Referência e da solução urbanística proposta.

Tais como, a localização do Espaço verde, equipamento e percursos, natureza

privada dos percursos, e a resolução do problema da acessibilidade de veículos de emergência e de segurança ao interior do Quarteirão

C) PROCESSO Nº 671/EDI/2013, licenciamento de obras de edificação e demolição de 20 de Junho de 2013

O processo nº 671/EDI/2013 vem na sequência da UEIQM. O projecto de arquitectura foi aprovado com condicionantes.

Para além, do processo nº 671/EDI/2013 que deveria ter sido precedido de um Plano de Pormenor, a UEIQM que serviu de base ao processo apresenta incompatibilidades com as normas legais e Regulamentos. Por isso, a solução urbanística do processo nº 671/EDI/2013 apresenta também, as mesmas incompatibilidades.

No entanto, este processo, tem que ser analisado à luz do RJUE. Como a validade das licenças depende da sua conformidade com as normas legais e regulamentos aplicáveis em vigor à data da sua prática, (DL, PDM 2012, PUNHM, RGEU) a não concretização destas dá origem à sua nulidade.

Este incumprimento do processo nº 671/EDI/2013 é derivado quer por via directa destas normas e regulamentos, quer por via indirecta que faz depender a gestão urbanística da existência prévia de algumas normas e regulamentos ou de uma prévia UE ou de solução urbanística que contemplasse aquelas normas e regulamentos.

Assim, o projecto de arquitectura aprovado com condicionantes:

a) Deveria ter sido precedido de um Plano de Pormenor (RJIGT, PUNHM).

Caso se considere legalmente válida a UEIQM, em substituição de um projecto urbano.

O projecto de arquitectura aprovado com condicionantes não cumpre:

b) RJIGT

A UE não assegura, um desenvolvimento urbano harmonioso, unidade de projecto, art.º 77º.

c) PUNHM

- A delimitação da UE, incompatível com a delimitação do projecto urbano.
- As cercas e área bruta permitida da UE e o projecto de arquitectura aplicou um artigo que não se aplica. O projecto de arquitectura não cumpre o PUNHM.
- A demolição com a preservação da fachada principal do edifício da Rua das Janelas Verdes 60 a 68, foi autorizada tendo por base um artigo que não se aplica não cumprindo o art.º referente às demolições.
- O alçado posterior do edifício da Rua das Janelas Verdes não cumpre as condições das novas construções.

- A abertura do vão da Garagem da Rua das Janelas verdes não se integra na integração arquitectónica do edifício e envolvente.

d) PDM 2012

- A UE, não teve em conta o aumento da eficiência ambiental da cidade, a vulnerabilidade a inundações a efeito de maré directo.

- A UE e o projecto de arquitectura, não cumpre a Carta Municipal do Património, a Carta de uso do solo.

e) RGEU

- O projecto de arquitectura não cumpre relativamente aos edifícios da Rua das Janelas Verdes este Regulamento.

d) UEIQM

- O projecto de arquitectura não cumpre o objectivo específico da UEIQM, que estipula que a solução urbanística deve contribuir para reduzir o défice estacionamento público existente na zona envolvente, apresentando apenas estacionamento privado.

- Apresentando a rede viária acessos exíguos, a solução urbanística da UE e o projecto de arquitectura não cumprem o objectivo específico da UEIQM, que estipula nomeadamente a resolução dos problemas de acessibilidade de veículos, nomeadamente de emergência e de segurança ao interior do Quarteirão.

E) ANEXO:

**REGULARIZAR A SITUAÇÃO DE UM
FACTO POR INTERMÉDIO DE
ALTERAÇÃO DO PLANO .**

ANEXO

REGULARIZAR A SITUAÇÃO DE UM FACTO POR INTERMÉDIO DE ALTERAÇÃO DO PLANO .

1- INTRODUÇÃO

Na informação técnica elaborado pela Divisão de Loteamentos Urbanos que acompanha o processo nº 671/EDI/2013, refere o seguinte:

“ ... Ainda sobre o PUNHM, convém referir que a CML, em Reunião de Câmara de 21 de Julho de 2010, nos termos da Proposta nº 405/2010, deliberou proceder à Alteração do PUNHM, tendo aprovado os Termos de Referencia que fundamentam a sua oportunidade e fixam os respectivos objectivos.

Tendo o DPRU acompanhado e desenvolvido, tanto a Alteração ao PU, como presenciado toda a evolução da presente proposta e seu enquadramento nos Termos de Referência, em várias reuniões com a requerente e projectistas, julga-se que qualquer incompatibilidade entre o projecto e a Alteração ao PU em curso teria já sido identificada, não se julgando necessária consulta a estes serviços para o efeito, colocando-se contudo o assunto à consideração superior....”

De acordo com esta informação dos Serviços, tanto a Alteração do PU como a evolução da proposta do processo nº 671/EDI/2013, foram efectuados nos mesmos Serviços da Câmara, DPRU. Por isso, presume-se que a alteração do PUNHM (acompanhado e desenvolvido pela Câmara, foi efectuado tendo presente a UEIQM, e a evolução do processo 671/EDI/2013.

2- ANÁLISE DA SITUAÇÃO

2.1- A alteração dos planos é um procedimento de dinâmica tendente a responder à evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que estão subjacentes aos planos e que fundamentam as opções nele definidas, desde que revista carácter parcial designadamente se restrinja a uma parte delimitada da respectiva área de intervenção.

São alterações ou modificações meramente pontuais de opções constantes do plano (ainda que referentes a regras de uso e ocupação dos solos) e que na reponderação dos interesses em causa não necessitam de uma tarefa de ponderação em tudo semelhante à elaboração inicial do mesmo.

Os interesses sujeitos à ponderação são, em regra, mais limitados, e essa modificação pontual deve seguir os aspectos fundamentais de caracterização do modelo territorial instituído pelo plano.

a) Ora, caso a UEIQM e o processo nº 671/EDI/2013 se enquadrarem na proposta de Alteração do PUNHM, o que se verifica é que nesta área de intervenção (interior do Quarteirão), as condições económicas, sociais, culturais e ambientais não se alteraram substancialmente de forma a que se altere neste Interior do Quarteirão, o modelo

territorial que está subjacente ao modelo territorial instituído no PUNHM em vigor.

b) Também, caso a UEIQM e o processo nº 671/EDI/2013 se enquadrarem na proposta de Alteração do PUNHM, pode-se considerar que nesta área de intervenção, o modelo do Plano agora acompanhado e desenvolvido pela Câmara (DPRU) não é o mesmo, o que resulta uma lógica, uma estratégia de desenvolvimento e de ocupação territorial perfeitamente distinta do anterior.

Por isto, pode-se considerar que esta solução apresentada pelos Serviços apresenta uma outra opção planeadora, cujos aspectos fundamentais de caracterização do modelo territorial são diferentes do PUNHM em vigor, não se enquadrando naquilo que está subjacente a uma alteração de um plano.

2.2- A necessidade e a oportunidade de alteração de um Plano tem que ser sempre fundamentada em interesses públicos (terá que ser fundamentada em razões, designadamente urbanísticas, de ordem pública que se apresentem favoráveis à sua alteração).

Posteriormente, a prossecução da tarefa de planeamento, deverão ser sempre de interesses públicos e estarem de acordo com os Termos de Referência .

Consequentemente, também, é fundamental, que toda a lógica do planeamento tem por princípio que são as operações urbanísticas que se devem adequar ao Plano e não o Plano que se deve ir adequando às operações urbanísticas (operações essas, consolidadas ou não, à sua revelia).

Apesar de ter que existir uma adequada ponderação de interesses diferenciados, estes devem-se encontrar, contudo, funcionalizada ao cumprimento de interesses gerais de ordem territorial.

Por isso, torna-se particularmente difícil a utilização da alternativa de alteração de um plano, para permitir a prossecução de interesses individuais ou legalização de situações individuais (a obra ou loteamento) já que, deste modo se estará a colocar em causa o princípio da inderrogabilidade singular dos regulamentos em que se traduzem os planos (princípio da legalidade e igualdade).

Se com este princípio se pretende acentuar que os regulamentos administrativos, enquanto normas jurídicas (gerais e abstratas) não podem ser desaplicados numa situação concreta, tal intenção ficaria completamente fraudada se se vier a permitir que a Administração, pudesse alterar ou rever a norma do plano para legalizar uma determinada e precisa operação urbanística.

Neste caso, as disposições (modificadas) do plano poderão ser anuladas por desvio de poder. E quando o interesse privado é demasiadamente imoral e a operação apresenta, apesar disso, um interesse urbanístico, deve contudo apagar-se perante o interesse particular, pois o que é posto em causa por intermédio do desvio de poder é neste caso, a moralidade da acção administrativa.

a) Na realidade para a área em causa, caso a UEIQM e o processo nº 671/EDI/2013 se enquadrarem na proposta de Alteração do PUNHM, a prossecução da tarefa de planeamento e a opção planeadora desta área, não se fundamenta apenas em interesses públicos.

b) Consideradas as circunstâncias actuais, para além da situação de facto ser ilegal, e

designadamente as características da área onde a mesma se insere, atenta a evolução que a mesma sofreu ao longo dos anos, a solução urbanística da UEIQM e do processo nº 671/EDI/2013 não se adequam ao local, pode-se considerar que:

Esta alteração do PUNHM, reflecte apenas de um modo inequívoco uma motivação regularizadora, não satisfazendo um interesse geral

E, que a alteração do PUNHM, dadas as circunstâncias poderá apresentar-se viciado, pondo em causa um vício de poder e a moralidade da administração pública.

CONCLUSÃO:

Uma vez que o Parecer dos Serviços refere que:

“... julga-se que qualquer incompatibilidade entre o projecto e a Alteração ao PU em curso teria já sido identificada...”

a) Caso esta compatibilização entre a UEIQM, projecto e a Alteração do PUNHM, que foi objecto de desenvolvimento da Câmara, venha a ser concretizada, poderá o conteúdo da Alteração do PU estar viciado, e consequentemente, também, poderá posteriormente, a operação urbanística do processo nº 671/EDI/ 2013 vir a ser objecto de nulidade.

b) Dadas as circunstâncias, solicitamos que a Alteração do PUNHM, tenha em conta esta realidade.

A ter alterações ou modificações que sejam meramente pontuais de opções constantes do PUNHM em vigor e PDM.

Que tenha o modelo territorial do PUNHM vigente.

Que tenha como princípio, o interesse público.

c) A Reclamação I, apresenta no texto da Reclamação, algumas consequências que uma operação urbanística igual ou semelhante ao Proc. 671/EDI/2013 provoca nos edifícios confinantes. Estas consequências estão directamente ou indirectamente ligadas ao interesse público.

Também, apresenta em Apêndice, alguns considerandos e soluções de intervenção na área em causa.

Planear-se um Pólo Cultural- Centro de Artes e Ofícios,- dando vida a este Quarteirão.

Criar-se um Museu da Cerâmica do séc. XIX até aos nossos dias nas antigas instalações classificadas (na Carta do Património) da Fábrica Constância, com ligações ao Museu das Janelas Verdes e Património existente.

Criar-se através de um “Pátio Alfacinha” ateliers de artistas, esplanadas, espaço verde.

Esta solução a ser bem planeada, se assim, a Câmara o entender, poderia modificar este Quarteirão e a zona, com perspectivas futuras em termos ambientais, económicos, sociais, culturais quer para o núcleo histórico Madragoa, quer para a Cidade de Lisboa, defendendo assim o interesse público.

**F) PROPRIETÁRIOS E HABITANTES DA
ZONA (MADRAGOA) QUE APRESENTAM A
RECLAMAÇÃO II**

RECLAMAÇÃO II

Assunto: Processo de licenciamento de obras de edificação e demolição
nº671/EDI/2013 de 20 de Junho de 2013

Delimitação da Unidade de Execução do interior do Quarteirão dos Marianos

NOME

BILHETE DE IDENTIDADE

Alexandre Vassalo

BE-136709766

Rua Joaquim Ereira, 469 2750-392 CASCAIS

Alto Kerbo

9518759

Rua Janelas Verdes, nº 74, 1º ESQ

Patrícia Nunes Delm

8826560

Rua das Janelas Verdes, nº 74 - 1º ESQ

Adriana Vassalo BE 121727220

Rua das Janelas Verdes, 74 - 4º ESQ

Hélio Fernandes Lís

11757787

Rua das Janelas Verdes N.º 74 N.º 4º Dto

RECLAMAÇÃO II

Assunto: Processo de licenciamento de obras de edificação e demolição nº 671/EDI/2013 de 20 de Junho de 2013

Delimitação da Unidade de Execução do interior do Quarteirão dos Marianos

NOME

BILHETE DE IDENTIDADE

Isabela Magarico 11700765

Rua Janelas Verdes 74, 4D

Jose' Teixeira do Souse Carmelo 10464748

Rua Janelas Verdes nº 74 - 1º D

Paulo Vilho

BI 11327894

Rua das Janelas Verdes n.º 74 - 2º D

Maria do Carmo Fontes Menêres Duarte Pacheco

Rua Garcia de Orla 55 - 2º BI 8963280

Pedro Duarte Pacheco Bento d'Almeida

Rua Gava de Orla, 55 - 2º

BI - 13045406

António Manuel Ganderan de Sousa Gago - BI 6967155

Rua Garcia de Orla n.º 55, 2ª andar

RECLAMAÇÃO II

Assunto: Processo de licenciamento de obras de edificação e demolição nº 671/EDI/2013 de 20 de Junho de 2013

Delimitação da Unidade de Execução do interior do Quarteirão dos Marianos

NOME

BILHETE DE IDENTIDADE

MARIA TERESA de Mira Ponce Dentinho, nº: 14666024

Maria do Carmo Menezes, nº 14541926

Maria Maria do Hólo e Costa Fernandes Thomaz 14532173

DAVID JORGE DE SOUSA PAIS FERREIRA 00564505 0729

MARIA ELISA DE LEMOS Figueira 588717

Alain MARC Fontaine Nº BI. 06A192394.

Paulo E. Lhu BI 2955339

Vera Falcas Trigo B.I. 9052615

Madalena Falcão Trigo B. I. - 13666428

Manuel Montinho Falcas Trigo BI - 13666426

Manuel Falcas Trigo BI - 8381621

RECLAMAÇÃO II

Assunto: Processo de licenciamento de obras de edificação e demolição nº 671/EDI/2013 de 20 de Junho de 2013

Delimitação da Unidade de Execução do interior do Quarteirão dos Marianos

NOME

BILHETE DE IDENTIDADE

.....
Háris Luis Costinho

.....
1139343 SIC LISBOA

.....
ISOLITOVAR DE LEMOS PAIS FERREIRA

.....
6042747

.....
Margarida TAVAR de Lemos Pais Ferreira - 14075057

.....
Teresa do Carmo

.....
0822592

.....
Simão José Salazar Sousa Nunes 1077182 Lx

.....
Nelson Lopes Carvalho Ponce Dentinho

.....
4890935 Lx

.....
Joaquim Santiago de Mira Ponce Dentinho

.....
13568499

.....
António Maria Beland Korte

.....
Cânel da Câmara 13443750

.....
Bernardo Santiago Margarido Ponce Dentinho

.....
14306248

.....
Iris Dentinho

.....
24623499

.....
Maria Leonor Ponce Dentinho de Albuquerque d'Ágry 14200340

RECLAMAÇÃO II

Assunto: Processo de licenciamento de obras de edificação e demolição nº 671/EDI/2013 de 20 de Junho de 2013

Delimitação da Unidade de Execução do interior do Quarteirão dos Marianos

NOME

BILHETE DE IDENTIDADE

RENUNDO AUGUSTO CATÃO MARILIA E ANEL — 13433306

Aurora Ferreira Gomes Lopes — 1440099

